

Distrito Federal deve participar da Constituinte

Brasília quer quer a sua representação política seja rapidamente aprovada. E mostra os caminhos

Representação política já ou só depois da Constituinte? Tendo esta indagação como tema central, o **CORREIO BRAZILIENSE** promoveu uma mesa-redonda com algumas personalidades da cidade. Participaram Dêrcio Garcia Munhoz (economista), Osório Adriano (vice-presidente da Associação Comercial e membro da Frente Liberal em Brasília), José Libério Pimentel (presidente do Sindicato dos Professores), Amaury Serralvo (vice-presidente da OAB), Pompeu de Souza (presidente do PMDB) e Geraldo Magela (presidente do PT).

Depois de um verdadeiro pingue-pongue, os participantes do debate chegaram à conclusão de que a representação política tem de ser aprovada o mais rápido possível pelo Congresso Nacional, utilizando-se das diversas emendas já apresentadas por deputados e senadores ou mesmo de uma mensagem do presidente Tancredo Neves. Na opinião dos debatedores, Brasília não pode ficar em hipótese nenhuma fora da Constituinte, a ser convocada em 1986.

Se há um consenso nesta questão, a forma da representação traz em seu bojo muita divergência. O vice-presidente da Associação Comercial, por exemplo, entende que a representação deve ir sendo montada paulatinamente para não criar problemas administrativos para o Distrito Federal. Os demais participantes têm opinião contrária: somente a eleição de prefeitos e vereadores deve ficar para uma segunda fase, depois de criada a Assembleia Legislativa.

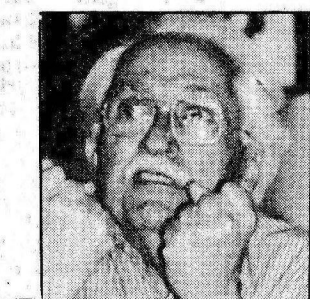
A extrema dependência financeira de Brasília ao poder Federal também não foi considerada entrave para uma representação política ampla. Como definiu Dêrcio Garcia Munhoz, com o direito de voto seria preciso criar um mecanismo de compensações para impedir os desníveis de investimentos em relação às várias cidades-satélites. Nete caso, a própria Constituição federal deveria regulamentar os aportes para o perfeito funcionamento da capital da República.

As idéias levantadas nesta mesa-redonda serão ampliadas e rediscutidas no seminário **Representação Política - O Direito de Votar**, que o **CORREIO BRAZILIENSE**, Rádio Planalto e TV Brasília promovem nos próximos dias 5 e 6 de março. A segunda parte do debate será publicada amanhã.

CORREIO — Qual a posição que Brasília deve assumir? Reivindicar a representação política imediatamente, com o envio de uma mensagem ao Congresso Nacional pelo presidente eleito Tancredo Neves, ou esperar pela Constituinte para que o assunto seja discutido?

Pompeu de Souza — Eu acho, realmente, que a representação política de Brasília não pode mais ser adiada. Vinte e cinco anos de silêncio, 25 anos de minoridade, 25 anos de não cidadania, já é demais. Porque, na verdade, o povo que habita o Distrito Federal não está sendo politicamente tratado como povo, mas como rebanho. Um povo é constituído de cidadãos e cidadãos são aquelas pessoas que votam, que têm o direito de escolher os seus governantes, os seus representantes. E, na verdade, não há nenhum motivo para não se fazer, desde já, uma emenda constitucional, aí, para não se aprovar uma emenda constitucional, já que existem inúmeras que propõem a representação política para Brasília de forma imediata. Inúmeras emendas já foram arquivadas, mas há outras que não foram arquivadas. Porque, inclusive, quando se quer arquivar uma emenda constitucional se convoca o Congresso Nacional com reunião conjunta "as seis e meia da tarde e nunca há quórum. Compreendeu? Então, há várias emendas constitucionais neste sentido, da representação política em Brasília, que foram arquivadas através deste artifício. Entretanto, no fim do ano legislativo de 84, o líder do PMDB, Freitas Nobre, teve um ato de habilidade que consistiu no seguinte: ele fez um acordo de liderança com o Nelson Marchezan, líder do PDS na Câmara, pelo qual sem verificação de quórum, numa reunião que havia pouca gente no Congresso — porque, como todos sabem, para se aprovar uma emenda constitucional é preciso haver uma mobilização terrível para que haja um mínimo de dois terços — ele conseguiu que o Congresso aprovasse a emenda conjunta Maurício Fruet, um deputado do PMDB do Paraná que está licenciado por ocupar a prefeitura de Curitiba, e a do Mário Maia, senador pelo Acre. Estas duas emendas foram dadas por discutidas, ou seja, com a discussão encerrada. De forma que estas emendas estão, exatamente, mais do que na área, na marca do pênalti. E só chutar pra gol.

Geraldo Magela — No nosso entender, não há necessidade de se esperar pela Constituinte para que Brasília tenha representação política. No mesmo sentido do que o Pompeu colocou, no momento em que Brasília completa 25 anos, nós não temos que esperar mais para ter representação política. E é preciso deixar claro que a Constituinte vai ter autonomia, inclusive, para rediscutir uma representação política que nós conquistamos agora. Ou seja: a constituinte é o momento para se rediscutir todas as questões e, fatalmente, a representação política para o Distrito Federal, ou a divisão, por exemplo, de como vai ser a distribuição tributária, como é que vai ser a autonomia do DF. Enfim, todos estes assuntos vão ter que ser discutidos junto com todas as questões que a Constituinte vai discutir. Então, de forma alguma, há necessidade de se esperar a Constituinte, que, de acordo, com as declarações do presidente eleito, Tancredo Neves, vai ser convocada em 86. A questão da municipalização, ou como será a composição do Distrito Federal, merece uma discussão mais aprofundada com dados mais exatos. No nosso entender, no entender do nosso partido, o PT, nós que inclusive defendemos a eleição do governador com mandato de cinco anos justamente para coincidir



"Quem habita o Distrito Federal não está sendo tratado como povo, mas como rebanho."

ressante com Brasília. E que a legislação eleitoral é terrível, e precisa ser mexida antes de se mexer na própria representação política e na Constituinte.

Pompeu de Souza — E propósito do governo Tancredo Neves, logo na reabertura do Congresso, nos primeiros dias, fazer a reforma da legislação eleitoral. E prioridade absoluta na área legislativa. Quer dizer: então, aí, entra o caso de Brasília...

Amaury Serralvo — E o que estou chamando atenção. Porque me recordo quando fui juiz do Tribunal Eleitoral que o PMDB impetrou mandado de segurança, e eu fui o relator, para fazer comício em Brasília. Tendo em vista que havia prejuízo irreparável porque a eleição era oito dias depois, determinei ao secretário de Segurança que permitisse fazer comício, e ele disse que não podia fazer. Determinei, então, que ele permitisse porque quem estava determinando era o Tribunal Eleitoral e que ele cumprisse. Bom, houve este problema porque havia um dispositivo da lei, que não me recordo no momento, muito velhaco que proíbe a propaganda política em Brasília. Então, veja bem: se não fizermos uma reformulação da legislação eleitoral antes, e se nós não fizermos uma representação política em Brasília antes da Constituinte, Brasília estará fora da Constituinte. E aí não adianta mais. Como é que a gente vai fazer para Brasília participar da Constituinte? Vamos fazer faixas e ficar na porta do Congresso? Então, tem que ter a Constituinte e Brasília tem que ter legitimidade para comparecer. E, então, a nossa opinião é que antes da



Representantes dos diversos segmentos de Brasília, concordam: a Capital Federal deve ter a sua própria representação política

Constituinte a reformulação da legislação eleitoral, a representação política, pelo menos a nível de Senado e Câmara para poder entrar na Constituinte, temos que ter.

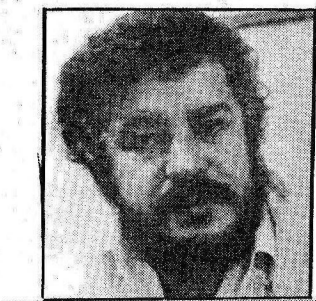
Aí, sim, depois na Constituinte nós vamos discutir uma questão primordial, além da representação política, que a Ordem tem se batido muito que é a autonomia do judiciário de Brasília. Acabar com este negócio de se nomear aqui juiz substituto é questão federal.

CORREIO — Você, então, não faz questão que Brasília tenha Assembleia Legislativa em 86?

Amaury Serralvo — Eu acho o seguinte: que nós temos que entrar na Constituinte, e que o passaporte para a Constituinte seria Senado e Câmara. Pelo menos... Eu queria... Eu, sinceramente, vou pela minha formação que é absolutamente democrática. Eu graças a Deus não vejo por que Brasília não ter representação em qualquer nível. Qual é o mal? Eleição nunca foi mal para este País. Só é mal quando o sujeito tem medo dela. Eleição é coisa mais salutar, mais saudável que se inventou até hoje. Agora, o problema é o momento. Se nós ficarmos querendo agora, antes da Constituinte, botar Assembleia Legislativa e ficar discutindo sem objetivo sobre se colocar ou não Assembleia Legislativa, nós vamos acabar ficando fora da Constituinte. Porque não se luda: ninguém tem preocupação com Brasília. A verdade é uma só: Brasília é um calo que está anestesiado. E ninguém está preocupado com calo anestesiado. Ele não dói, então a gente segura o calo. Agora, começa a passar o efeito da anestesia, o calo está começando a incomodar. Então, se nós não fizermos as coisas como me parece que têm que ser feitas, ou seja, reforma da legislação eleitoral e depois a Constituinte, aí sim, nós poderemos entrar na Constituinte para discutir. Por que como é que nós vamos entrar na Constituinte? Com a atual Constituição se se convocar uma Constituinte, Brasília está fora. Então, nós temos que aprovar uma emenda. Seja qual for. Então me parece que o que vai precisar para Constituinte é a representação federal e, talvez, a representação estadual se ela for convocada também. Porque se foi feita uma Constituinte como se fazia antigamente, que convoca a representação estadual, a federal e etc... aí

Pompeu — E quem é que vai exercer a função legislativa ordinária? Tem que ser o Congresso Nacional... **Amaury Serralvo** — Sim, mas ele será convocado para o fim de. Não pegar o que tal e transformá-lo. **Pompeu** — O que está aí, não. O que for eleito será com poderes constituintes. Mas serão deputados e senadores que se reunirão, ora como Congresso Nacional, ora como Assembleia Constituinte. Eles podem, por exemplo, distribuir o tempo da seguinte maneira: de manhã é assembleia constituinte e de tarde é congresso Nacional. **Amaury Serralvo** — Desta maneira, não tenho nada contra... **Pompeu** — Em 45, a convocação da eleição para deputados e senadores quando se reuniram as duas casas conjuntamente como Assembleia Constituinte, ficou vido a Constituição de 37 e o Dutra governava por decreto-lei, agora não se pode pensar nisso. Agora, o Congresso Nacional tem que ter as duas funções. Sabe por quê? Porque não basta apenas uma reforma legislativa profunda, imediata, para eliminar o lixo ditatorial que resta na ditadura, o resíduo legislativo autoritário. Isto é com isso, ele é que seria o grande beneficiado. Ele entraria para a história como o governo que concedeu a representação política para o Distrito Federal. De certa forma, como sempre foi a oposição que conduziu a coisa, o governo barrou. Mas eu não tenho dúvida de que haverá até disputa entre os parlamentares para ver quem consegue colocar o projeto.

Pompeu — Eu gostaria de um aparte. Apenas para efeito de ilustrar esta sua suposição de que se o governo tomasse esta iniciativa, nós já teríamos representação política em Brasília. Na verdade, vou contar um episódio rigorosamente ilustrativo. E o seguinte: quando o presidente João Baptista Figueiredo enviou ao Congresso Nacional a sua emenda para se contrapor a emenda Dante de Oliveira, uma emenda ampla, o relator designado foi o senador Aderbal Jurema, do PDS de Pernambuco. Houve uma gestão do chamado PDS Jovem no sentido de que se incluísse na emenda Figueiredo a representação política no Distrito Federal. O relato, então, concordou com a sugestão e garantiu que ia incluir a representação nos dois níveis: no Senado Federal, com três senadores, e na Câmara, com um mínimo de oito deputados. Dois dias depois dava uma declaração dizendo que não iria incluir mais senadores, mas só deputados federais porque tinha havido objeções de juristas quanto a senatória, porque não era um estado. Dias depois, ele me encontrou no corredor, é um velho amigo, e fez a seguinte confidência que agora acho que posso tornar pública: Pompeu, você viu a minha declaração de que não vou incluir senadores porque há objeções de juristas? Não há objeção nenhuma de jurista nenhum. Apenas fui chamado ao Palácio do



"É necessário que haja lideranças locais. Brasília definitivamente está bem politizada."

sim, nós precisaríamos da representação estadual. Mas, o que me parece, e o que é pior, é o que parece que já está começando a acontecer: é que ao invés de Constituinte se fará uma convocação de um Congresso com poderes constituintes... **Pompeu** — exato, exato... **Amaury Serralvo** — E se isto

acontecer, o povo será ludibriado de novo.

Pompeu — E aí, o quê? **Amaury Serralvo** — Aí, o povo será ludibriado de novo. Porque, no momento, em que você convocar um Congresso com poderes constituintes os interesses que estão a postos, Pompeu, não são os mesmos que os interesses que serão postos a nível nacional.

Pompeu — Mas você defende que se faça uma constituinte ao lado do Congresso Nacional?

Amaury Serralvo — Defendo que se convoque uma Assembleia Nacional Constituinte.

Pompeu — E ao mesmo que se eleja um Congresso Nacional?

Amaury Serralvo — Eu sei lá como... **Pompeu** — E quem é que vai exercer a função legislativa ordinária? Tem que ser o Congresso Nacional...

Amaury Serralvo — Sim, mas ele será convocado para o fim de. Não pegar o que tal e transformá-lo.

Pompeu — O que está aí, não. O que for eleito será com poderes constituintes. Mas serão deputados e senadores que se reunirão, ora como Congresso Nacional, ora como Assembleia Constituinte. Eles podem, por exemplo, distribuir o tempo da seguinte maneira: de manhã é assembleia constituinte e de tarde é congresso Nacional.

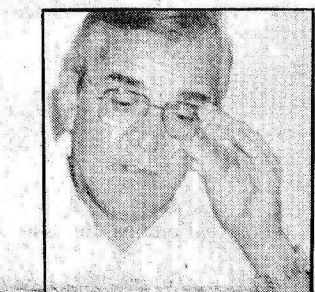
Amaury Serralvo — Desta maneira, não tenho nada contra... **Pompeu** — Em 45, a convocação da eleição para deputados e senadores quando se reuniram as duas casas conjuntamente como Assembleia Constituinte, ficou vido a Constituição de 37 e o Dutra governava por decreto-lei, agora não se pode pensar nisso. Agora, o Congresso Nacional tem que ter as duas funções. Sabe por quê? Porque não basta apenas uma reforma legislativa profunda, imediata, para eliminar o lixo ditatorial que resta na ditadura, o resíduo legislativo autoritário. Isto é com isso, ele é que seria o grande beneficiado. Ele entraria para a história como o governo que concedeu a representação política para o Distrito Federal. De certa forma, como sempre foi a oposição que conduziu a coisa, o governo barrou. Mas eu não tenho dúvida de que haverá até disputa entre os parlamentares para ver quem consegue colocar o projeto.

Pompeu — E quem é que vai exercer a função legislativa ordinária? Tem que ser o Congresso Nacional... **Amaury Serralvo** — Sim, mas ele será convocado para o fim de. Não pegar o que tal e transformá-lo.

Pompeu — O que está aí, não. O que for eleito será com poderes constituintes. Mas serão deputados e senadores que se reunirão, ora como Congresso Nacional, ora como Assembleia Constituinte. Eles podem, por exemplo, distribuir o tempo da seguinte maneira: de manhã é assembleia constituinte e de tarde é congresso Nacional.

Amaury Serralvo — Desta maneira, não tenho nada contra... **Pompeu** — Em 45, a convocação da eleição para deputados e senadores quando se reuniram as duas casas conjuntamente como Assembleia Constituinte, ficou vido a Constituição de 37 e o Dutra governava por decreto-lei, agora não se pode pensar nisso. Agora, o Congresso Nacional tem que ter as duas funções. Sabe por quê? Porque não basta apenas uma reforma legislativa profunda, imediata, para eliminar o lixo ditatorial que resta na ditadura, o resíduo legislativo autoritário. Isto é com isso, ele é que seria o grande beneficiado. Ele entraria para a história como o governo que concedeu a representação política para o Distrito Federal. De certa forma, como sempre foi a oposição que conduziu a coisa, o governo barrou. Mas eu não tenho dúvida de que haverá até disputa entre os parlamentares para ver quem consegue colocar o projeto.

Planalto e me disseram o seguinte: conceder a nível de Câmara dos Deputados ainda vá lá. Mas a nível de Senado, de maneira nenhuma. Assim mesmo já é uma grande concessão. E a razão é uma só: senador é



"Eu sempre me choquei quando constatava que o governador do DF é o mais poderoso"

um voto majoritário, a Oposição elege os senadores e o voto majoritário traz o proporcional e a Oposição acaba elegendo toda a representação. Estou revelando isso para que o amigo veja que o Governo jamais daria a representação política para Brasília por livre e espontânea vontade.

Osório Adriano — O que estava dizendo é que esta representação já devia existir. O governo, queira ou não, não suportava mais deixar de haver esta concordância. Aconteceu que chegou o final de mandato e não tenho dúvida de que acontecerá o que nós todos queremos. A emenda dando a representação política deverá acontecer antes de 86 para que nós possamos, também, participar da nova Constituição. Esse é o meu ponto de vista e eu acho que é unânime aqui.

CORREIO — Esta é, também, a opinião de todo o empresariado de Brasília?

Osório Adriano — Olha, logicamente, que todos os companheiros com quem eu tenho oportunidade de conversar na Associação Comercial, eu acho que o pensamento é esse. E quanto ao nível, eu estou de acordo com o nosso companheiro Serralvo, de Câmara e Senado, no momento porque nós não podemos. Nós temos que pensar em outros problemas. E só nós começarmos em todos os níveis... E vejamos bem que eu sou favorável a eleições em todos os níveis. Mas acho que a eleição deverá vir paulatinamente e de acordo com a educação política de todo o Distrito Federal. Se nós abriremos aqui para vereador, deputado estadual, deputado federal... Acho que nós devemos ir nos politizando num determinado espaço de tempo para chegarmos a todos os níveis. Esse é o meu pensamento.

Dêrcio Garcia Munhoz — Bom eu acho que estou de acordo com os que me antecederam quanto a necessidade urgente da representação política. Agora, acho que o Serralvo lembrou bem que nós não podemos esperar pela Constituinte porque a Constituinte será eleita em 86 para começar a discutir. Então, se nós fôssemos esperar pela Constituinte nós só teríamos representação, na melhor das hipóteses, daqui a quatro anos. Agora, eu discordo um pouco quanto ao nível da representação porque é muito importante que se tenha representantes de Brasília na Constituinte. Acho fundamental. Mas eu acho que devemos chegar além, porque Brasília precisa de um outro tipo de representação a curto

prazo. Ainda que fosse provisória, acho que poderíamos implantar uma forma de representação que é a possibilidade da população, de fato, participar da administração do Distrito Federal. Eu sempre me choquei quando constatava que o governador do Distrito Federal é o governador mais livre e poderoso que existe no País. E o único que não tem nenhum poder legislativo acima dele. Então ele tem mais poderes, aparentemente, que o presidente da República que tem uma Câmara e um Senado em cima. Acho, portanto, que uma representação política ativa que pudesse acompanhar e participar, me parece que é uma questão de extrema urgência. Agora, acho que esta questão envolve também algumas mudanças, algumas inovações, porque eu temeria muito que nós tivéssemos uma Assembleia Constituinte e que nós não tivéssemos uma mudança na legislação, ou algumas coisas mais, alguns cuidados mais, e que esta representação fosse — legítima porque seria pelo voto — mas não fosse, de fato, representativa. Então acho que esse acompanhamento e questionamento da ação do governo do Distrito Federal, isto dependeria que nós tivéssemos uma representação que assegurasse uma representação mínima para as diferentes localidades do DF. Talvez um sistema distrital misto em que se assegurasse, digamos, 50 por cento de representação, alguma coisa, para as diferentes localidades. Porque seria frustrante se nós esperássemos 25 anos para ter uma representação em Brasília e depois descobrissemos que Planaltina, por exemplo, não tem representante. Por quê? Porque uma eleição feita com poder econômico muito forte não teria representante de Planaltina, do Gama, ou coisa desse tipo. Devemos, então, cuidar para que esta representação política seja efetiva mesmo. Agora, eu acho fundamental este tipo de assembleia... A experiência de Câmara de Vereadores e de Assembleia Legislativa haveria uma representação aparentemente super-

claro o seguinte: a sua posição não é aquela do Pelé de que o povo ainda não está preparado para votar. A sua preocupação seria mais no campo administrativo. E isso?

Osório Adriano — Não concordo com as idéias do Pelé. Concordo sim, com o futebol do Pelé. Acha que devemos fazer tudo no tempo e hora.

Amaury Serralvo — Este problema da organização, me parece, que temos acordo para uma coisa: Brasília está muito mais organizada que a gente pensa. Esta é a grande verdade. A nível de comunidade lá muito organizada. Tem gente muito enganada com Brasília. Eu já vi isto na Ceilândia, em Taguatinga e por aí fora. Isto tudo é representação política.

Dêrcio Garcia Munhoz — Eu participei de um debate sobre sistema habitacional e verifiquei, espantado, uma coisa: havia no local professores, engenheiros e outros representantes graduados e um rapaz que, efetivamente, representava uma liderança local. Descobri que ele não estava entendendo a nossa linguagem e que nós não estávamos, de fato, abordando com profundidade os seus problemas. Estávamos falando uma língua diferente. É importante verificar isso. Fiquei chocado porque a mesa, mais de 50 por cento, não estava afinada com os problemas da comunidade. E preciso sentir que os problemas são mais concretos, são terra a terra. Não adianta elitizar. É importante esta conclusão para nós compreendermos a representação que já existe no DF. Por isso que alguma coisa tem que haver a curto prazo.

CORREIO — O Magela levantou a questão de eleição em 85, e o Dêrcio levanta a questão de uma assembleia talvez a partir de um sistema distrital.

Magela — É importante ressaltar a organização do povo de Brasília porque, como disse o Serralvo, Brasília é um calo, sempre foi um calo para o regime que caiu. E se ela ainda não tem a sua representação política é porque ela tem um grande nível de politização. E aí que reside o grande calo de Brasília. Acho, também, inadmissível ter uma representação política sem ter o direito de eleger o executivo. Outra questão importante é a seguinte: a gente tem que exercer pressão, e o próprio líder do PT no Legislativo vai fazer isso, para que os partidos políticos possam funcionar normalmente no Distrito Federal. Até hoje este dinheiro é cassado. Nenhum partido pode funcionar no Distrito e esta situação independente, inclusive, de uma reformulação na legislação eleitoral. Temos que brigar por isso...

Pompeu de Souza — Posso informar que existem duas emendas neste sentido. Uma é do senador Mauro Borges e a outra que foi elaborada pelo diretório regional do PMDB e foi apresentada no fim de 84 pelo Freitas Nobre é subscrita pelas lideranças de todos os partidos de oposição. Tenho a impressão de que, aquela altura, até o PT assinou através do líder hoje destituído, Ailton Soares...

construção de milhares de casas. Ora isso é um acinte, uma agressão à comunidade... Estes exemplos estou dando porque acho que este tipo de coisa só acaba com o acompanhamento efetivo da comunidade.

Amaury Serralvo — Gostaria apenas de explicar uma coisa que talvez não tenha ficado suficientemente entendida: eu defendo a representação política em todos os níveis.

Libério Pimentel — Bom, o problema é o seguinte: do ponto de vista dos trabalhadores, do movimento comunitário, nós achamos que esta representação política, e mais propriamente a autonomia política, que talvez seja a mais importante, e digo isso porque talvez a representação política resolva o problema de 10 deputados, mas não resolve o problema de sua população hoje em volta de 1 milhão e 400 mil habitantes. Por isso, eu discordo do dr. Osório quando ele defende, agora, a representação a nível apenas da Câmara e do Senado. E o motivo é claro: nestes 20 anos, a população se politizou muito, não precisa, portanto, ser educada paulatinamente para votar, por exemplo. Os próprios governadores, aliás os nomes que sugeriam como candidatos prováveis, já declararam que ninguém governa Brasília sem ouvir as lideranças. Esse negócio de politização não é necessário, porque a própria comunidade está organizada. Além disso, tem o que o professor Dêrcio colocou: a necessidade de acabar com esse poder todo que o governo do DF tem atualmente. É necessário, portanto, que haja lideranças locais. Brasília, definitivamente, está bem politizada.

Osório Adriano — O Libério, voltando ao assunto que você discordou, veja você: acho que sua ideia é muito confusa porque esta representação terá que ocorrer até 86. Acho é que não teríamos tempo para criar toda esta estrutura que você citou. Poderíamos esperar alguns anos. Por quê? O Rio, até hoje, ainda não se organizou. Quando se fala em Câmara de Vereadores do Rio, se lembra logo da famosa "gaiola de ouro". Então, sou favorável, como disse, a todos os níveis, mas que se faça, no momento, a representação no Congresso. Dentro de uma ordem cronológica.

CORREIO — Só pode deixar claro o seguinte: a sua posição não é aquela do Pelé de que o povo ainda não está preparado para votar. A sua preocupação seria mais no campo administrativo. E isso?

Osório Adriano — Não concordo com as idéias do Pelé. Concordo sim, com o futebol do Pelé. Acha que devemos fazer tudo no tempo e hora.

Amaury Serralvo — Este problema da organização, me parece, que temos acordo para uma coisa: Brasília está muito mais organizada que a gente pensa. Esta é a grande verdade. A nível de comunidade lá muito organizada. Tem gente muito enganada com Brasília. Eu já vi isto na Ceilândia, em Taguatinga e por aí fora. Isto tudo é representação política.

Dêrcio Garcia Munhoz — Eu participei de um debate sobre sistema habitacional e verifiquei, espantado, uma coisa: havia no local professores, engenheiros e outros representantes graduados e um rapaz que, efetivamente, representava uma liderança local. Descobri que ele não estava entendendo a nossa linguagem e que nós não estávamos, de fato, abordando com profundidade os seus problemas. Estávamos falando uma língua diferente. É importante verificar isso. Fiquei chocado porque a mesa, mais de 50 por cento, não estava afinada com os problemas da comunidade. E preciso sentir que os problemas são mais concretos, são terra a terra. Não adianta elitizar. É importante esta conclusão para nós compreendermos a representação que já existe no DF. Por isso que alguma coisa tem que haver a curto prazo.

CORREIO — O Magela levantou a questão de eleição em 85, e o Dêrcio levanta a questão de uma assembleia talvez a partir de um sistema distrital.

Magela — É importante ressaltar a organização do povo de Brasília porque, como disse o Serralvo, Brasília é um calo, sempre foi um calo para o regime que caiu. E se ela ainda não tem a sua representação política é porque ela tem um grande nível de politização. E aí que reside o grande calo de Brasília. Acho, também, inadmissível ter uma representação política sem ter o direito de eleger o executivo. Outra questão importante é a seguinte: a gente tem que exercer pressão, e o próprio líder do PT no Legislativo vai fazer isso, para que os partidos políticos possam funcionar normalmente no Distrito Federal. Até hoje este dinheiro é cassado. Nenhum partido pode funcionar no Distrito e esta situação independente, inclusive, de uma reformulação na legislação eleitoral. Temos que brigar por isso...

Pompeu de Souza — Posso informar que existem duas emendas neste sentido. Uma é do senador Mauro Borges e a outra que foi elaborada pelo diretório regional do PMDB e foi apresentada no fim de 84 pelo Freitas Nobre é subscrita pelas lideranças de todos os partidos de oposição. Tenho a impressão de que, aquela altura, até o PT assinou através do líder hoje destituído, Ailton Soares...